

CLIPPING IMPRESSO

27/02/2022



INDICE

1. DECISÕES	
1.1. JORNAL PEQUENO.....	1 - 2
2. PRECATÓRIOS	
2.1. JORNAL PEQUENO.....	3
3. PRESIDÊNCIA	
3.1. JORNAL PEQUENO.....	4

Informe JP

Othelino acionará advogados

O presidente da Assembleia Legislativa, Othelino Neto, comemorou a decisão da desembargadora Nelma Sarney de revogar a liminar por ela concedida no dia anterior, invalidando a eleição para a Presidência e vice-presidência da Comissão de Constituição e Justiça da Alema.

Em relação a uma suposta tentativa de burlar o sistema de distribuição do TJMA, Othelino disse que deverá fazer uma representação contra os advogados, por má-fé. (COM BLOG DO JOHN CUTRIM)

Caso Davi Bugarin

Advogados pedem na Justiça nulidade de sentença do PM acusado da morte de músico

Crime ocorreu na noite do dia 15 de fevereiro de 2018, tendo como autor confesso o pai da namorada da vítima, um policial militar reformado

AIDÊ ROCHA

Quatro anos depois do assassinato do músico Davi de Souza Bugarin de Mello, em um imóvel, no bairro do Parque dos Nobres, em São Luís, os advogados da família da vítima entraram com recurso de apelação junto ao Tribunal de Justiça, visando a anulação da sentença proferida pelo 4º Tribunal do Júri da capital, na qual absorveu o tenente-coronel reformado da Polícia Militar Walber Pestana da Silva, autor confesso do crime. O músico foi alvejado com um tiro na noite do dia 15 de fevereiro de 2018, dentro da casa do militar. Ele estava no local com a namorada, filha de Walber, que alegou ter agido para defender a filha que supostamente estava sendo agredida pela vítima. Durante o julgamento, ocorrido ainda em 2018, o PM foi absolvido das acusações por ausência de ilicitude e legítima defesa. Em agosto de 2020, advogados da família de Davi, entraram com o pedido para anular ou revisar a sentença, visto que, conforme eles, um novo resultado de um parecer técnico

apontou falhas na investigação. Ao Jornal Pequeno, o advogado Sebastião Uchoa explicou que uma delas foi a de que várias pessoas estiveram no local do crime depois que o acusado se evadiu, além da incongruência de que a vítima estava armada no momento em que foi alvejada.

“Não caberia ao juiz absolver sumariamente pela tese de legítima defesa dele e da filha, quando na verdade a vítima não colocou em risco a vida dele, nem da filha, nem de ninguém, porque não estava armada”, pontuou Uchoa, ressaltando que no dia do crime nenhuma faca foi encontrada. A suposta arma só foi localizada e apresentada após 30 dias, quando uma empregada da casa a teria achado debaixo de uma cama. Entretanto, o local já havia sido periciado e nada havia sido encontrado. Uchoa também disse que a lesão da filha do PM só foi vista dois dias depois da morte de Davi. “A filha dele foi ouvida pelo delegado e atendida no Hospital Centro Médico e lá ninguém viu prova nenhuma. Ou seja, outra



O coronel Walber Pestana confessou ter matado Davi Bugarin, mas foi absolvido pelo Tribunal do Júri



prova produzida para iludir o promotor, delegado e o juiz para absolvição por legítima defesa”.

Para o advogado, a série de erros e vícios no caso reiteram a necessidade de que a sentença seja anulada ou revista, para que o suspeito seja levado à júri popular. Carolina Carvalho, tia de Davi, lamentou a forma como perdeu o sobrinho e como ele foi tratado depois de morto. “Uma vida foi interrompida de forma precoce. Perdemos nosso ente querido de uma forma bárbara e cruel. Nem respeitaram o corpo dele, jogaram na calçada como se fosse um lixo”, frisou, ressaltando que aguarda que a justiça seja realmente feita.

O CRIME

Na noite do dia 15 de fevereiro de 2018, Davi Sousa Bugarim

de Melo, de 26 anos, foi morto, dentro de uma casa, no bairro Parque dos Nobres, em São Luís.

O tenente-coronel reformado da PMMA Walber Pestana da Silva confessou ter atirado no músico, que era namorado da filha dele, após ver o casal discutindo e ele a agredindo. Davi levou um único tiro que o atingiu na costela e atravessou o tórax. Ele chegou a ser socorrido e encaminhado ao Hospital Socorrão 1, mas não resistiu aos ferimentos. O disparo foi feito a uma distância de, no mínimo, um metro. Um segundo tiro acertou a parede da casa. O militar fugiu depois do crime e se apresentou no dia seguinte na Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP).



PETINHADAS

*** Olha essa!!! O Diário Oficial do Município de São Luís, de 28 de janeiro, trouxe à tona, dias atrás, a situação da Coliseu, empresa pública que fazia serviços de limpeza e que se arrasta no processo de liquidação!!! Criada em 1975, a Coliseu funcionou até 2009!!! O documento assinado pela liquidante informa a dificuldade de conclusão do processo!!! Um dos motivos é o extenso passivo trabalhista, uma vez que os gestores da empresa pública, como era prática comum, inclusive na câmara municipal, deixavam de recolher os depósitos fundiários dos mais de mil funcionários!!! Em 2017, o município criou uma conta no orçamento para pagar

as dívidas da Coliseu, tendo a reforma trabalhista possibilitado 230 acordos de desligamentos de funcionários!!! A liquidante reconhece, ainda, 61 ações trabalhistas em tramitação, 89 de débitos tributários na justiça federal e 48 execuções na justiça do trabalho..., além de ações do Ministério Público Federal (MPF) por causa do FGTS não recolhido!!! Dois 19 precatórios liberados pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, 18 já foram pagos!!! O passivo continua sendo a tarefa da equipe liquidante!!! A Coliseu deixou já acumulado de 262 milhões de reais!!! Pois é..., esse é o 'laudo cadavérico' da 'nossa' Coliseu!!!

90 anos da Justiça Eleitoral: solenidade ressalta a história e a conquista do voto feminino

No Maranhão, o cronograma de eventos e ações comemorativas aos 90 anos da Justiça Eleitoral e da conquista do voto feminino começou a ser executado na quinta-feira, 24 de fevereiro, com solenidade de abertura por videoconferência presidida pelo desembargador Joaquim Figueiredo, presidente do TRE, que contou ainda com a participação da corregedora, desembargadora Angela Salazar, e do desembargador Lourival Serejo, presidente do TJMA, membros da Corte Eleitoral, além de outras autoridades dos poderes judiciário, executivo e legislativo.

A solenidade iniciou-se com a palestra do desembargador Lourival Serejo, presidente do TJMA, que fez um relato histórico da justiça eleitoral. “É preciso reviver a história para poder mostrar o valor da evolução da justiça eleitoral e da devoção do brasileiro pela democracia”, pontuou o desembargador, que também já presidiu a Corte Eleitoral maranhense.

Serejo lembrou do dia 21 de outubro de 1932, especificamente às 16h, quando foi instalada a Justiça Eleitoral no estado, ressaltando a importância daquele momento através da citação de Lincoln de Abreu, autor do livro República Brasileira: “pode-se dizer que o exercício da cidadania começa a se efetivar a partir de 1930;

antes a sua existência era uma prerrogativa das elites, que não concebiam em sua ótica a extensão desse princípio até o povo, sempre depreciado e tido como incapaz de influir no destino do país”.

O presidente do TJMA ressaltou diversas conquistas da justiça eleitoral nesses 90 anos de existência no Brasil e no Maranhão, como a publicação do primeiro código eleitoral no ano de 1932, que assegurou o voto da mulher, um ponto revolucionário com repercussão mundial, e o voto secreto, que assegurou a liberdade ao cidadão ao votar. Ao final, contou que hoje, a mais alentadora certeza é saber que as urnas eletrônicas não mentem mais, pois hoje são expressões da verdade e da vontade popular, uma vitória da democracia e de todo cidadão brasileiro. “A justiça eleitoral fez-se assim depositária da confiança de quem deseja e vive o dia a dia da democracia”.

Por sua vez, o desembargador Joaquim Figueiredo comentou acerca da presença do uso da desinformação como ferramenta política para a manipulação da opinião pública ao longo da história, mas frisou que o alcance e os efeitos desta prática cresceram vertiginosamente com o surgimento das redes digitais de comunicação.

A máquina de desinformação está entre os problemas mais



Videoconferência presidida pelo desembargador Joaquim Figueiredo contou ainda com a participação dos desembargadores Lourival Serejo e Angela Salazar

serão enfrentados nas eleições de 2022, diante das campanhas sistemáticas de desinformação que tentam comprometer a transparência e minar o pleito com informações desconstruídas, descabidas, contraditórias, absurdas e fantasiosas visando caluniar, disseminar preconceitos, confundir pessoas, pensamentos, inferir julgamentos, contribuindo fortemente para baixar o nível intelectual do debate político”. Figueiredo concluiu sua fala dizendo que é por isso que “o TSE e o Congresso Nacional também se mobilizaram apresentando resoluções e projetos de lei com o objetivo de conter a desinformação, que não pode continuar corroendo a fé das brasileiras e brasileiros em suas instituições e na própria democracia.” Acerca do voto feminino, a desembargadora Angela Salazar trouxe à tela artigo que trata do tema, do qual

destaca-se: “observa-se que o voto feminino tem grande importância no quadro político nacional, inclusive para o aperfeiçoamento do sistema eleitoral e consolidação da Democracia, escolhendo candidatos com convicções, ideias, valores, princípios e opiniões calcadas na trilogia solidariedade, igualdade e liberdade, fato comprovado nas eleições últimas, pois segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, o sufrágio feminino representou 52% do eleitorado brasileiro. Portanto, as brasileiras devem não só votar, mas também, serem votadas, porque estudam, agem, interagem, vibram, realizam e, acima de tudo, conservam o espírito da honradez, do dever e da ética”. Na oportunidade, o juiz André Bogéa, membro da Corte e diretor da Escola Judiciária Eleitoral, lançou a cartilha digital “A urna eletrônica em uma trajetória de conquistas”.